



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10120.000186/93-30
Sessão de : 22 de março de 1995
Recurso nº : 97.170
Recorrente : DALMIR AUGUSTO DE FREITAS
Recorrida : DRF em Goiânia - GO

D I L I G Ê N C I A N° 203-00.316

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DALMIR AUGUSTO DE FREITAS.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto da relatora.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1995

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Osvaldo José de Souza".
Osvaldo José de Souza
Presidente

A large, flowing handwritten signature in black ink, appearing to read "Maria Thereza Vasconcellos de Almeida".
Maria Thereza Vasconcellos de Almeida
Relatora



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

075

Processo nº : 10120.000186/93-30
Diligência nº : 203-00.316
Recurso nº : 97.170
Recorrente : DALMIR AUGUSTO DE FREITAS

R E L A T Ó R I O

O contribuinte identificado nos autos impugna (fls. 01) lançamento referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, Taxa de Serviços Cadastrais-TSC e Contribuições, exercício financeiro de 1991, incidente sobre o imóvel rural denominado Fazenda Nova Esperança, situado no Município de Araguaçu - TO.

Alega, na peça de defesa, estar fora da terra desde outubro de 1982, não tendo sobre ela posse e não podendo desfrutá-la, tudo por ordem judicial.

Anexa Documentação de fls. 02/12.

Na Decisão Singular trazida ao processo (fls. 13), o julgador considera procedente a exigência fiscal, resumindo seu entendimento na ementa a seguir transcrita:

“7.01.10.00 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Exercício financeiro de 1991.

7.01.10.15 - Contribuinte: o proprietário do imóvel rural, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. Inteligência do art. 2º da Lei nº 5.868, de 12/12/72 c/c art. 49, parágrafo 3º da Lei nº 6.746/79.
LANÇAMENTO PROCEDENTE”.

Inconformado, o interessado defendeu-se interpondo a peça recursal de fls. 16/17, acompanhada dos Documentos de fls. 18/80, argumentando que a propriedade discutida não lhe pertence sob nenhuma forma, vez que foi reivindicada com cumulação de pedido de cancelamento de registro por Isaias Braga e Marlude Magalhães Braga no foro competente.

Sendo assim, considera que nada deve e não pode integrar o pólo passivo da questão tributária, devendo a cobrança ser encaminhada a quem de direito.

Junta cópias diversas de sentenças judiciais que, admite, militam a seu favor

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

076

Processo nº : 10120.000186/93-30

Diligência nº : 203-00.316

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA

O processo em epígrafe carece de maior detalhamento, visando a um perfeito julgamento.

Assim, opino no sentido de baixar ao autos à repartição de origem para que se manifeste e diligencie de forma a esclarecer os seguintes itens:

- a) junte ao processo cópia autenticada da certidão de matrícula do imóvel rural no cartório competente;
- b) solicite ao INCRA cópias da documentação que embasam o cadastro da propriedade rural, com o fim de obter maiores especificações sobre a terra discutida;
- c) informe sobre a cobrança, lançamento e pagamento do imposto em exercícios imediatamente anteriores e posteriores ao ora questionado; e
- d) do mesmo modo traga quaisquer outros elementos objetivos que considere contribuam para o melhor deslinde da lide tributária.

Certamente a diligência requerida contribuirá para melhor apreciação da matéria.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1995

MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA